



## EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA REALIDADE DE PAPEL

CARNEIRO, Daniel Batista<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como foco primordial trazer a lume discussões de suma importância acerca do O AEE - Atendimento Educacional Especializado no ambiente escolar, despertando-nos a curiosidade em torno dos entraves e avanços conquistados na atualidade em prol das pessoas com necessidades especiais, visando saber através de reflexões preliminares como é desenvolvido este trabalho, mediante relatos expostos por renomados autores, que expõem para a sociedade, ainda desprovida de conhecimentos necessários, para o entendimento desta existente realidade. Embora nossa pesquisa tenha sido basicamente bibliográfica tivemos à preocupação de contar com grandes estudiosos que abordam a fundo este tema muito discutido no meio social, dentre eles podemos citar: DEL BARRIO (1999); LUDKE, M. & ANDRÉ (1986), OLIVEIRA (2010); MINAYO (2007); PRESTES (2008); STAY (2007); FAZENDA (1991). Desta forma, somos instigados a construir a partir de embasamento teórico e posteriores estudos de casos uma noção concreta dos direitos atribuídos e que devem ser cumpridas as pessoas que se enquadram nesse contexto de inclusão social.

**Palavras-chave:** Sociedade; Atendimento Educacional Especializado; Inclusão Social.

**ABSTRACT:** This article has as its primary focus brought to light short discussions about the importance The ESA - Educational Service Specializing in the school environment, arousing our curiosity around the obstacles and advances made today on behalf of people with special needs, seeking to ascertain through preliminary reflections as developed this work by reports exposed by renowned authors, exposing to society, yet devoid of necessary knowledge for the understanding of this existing reality. Although our research has been basically literature had the desire to have great scholars who deal with the substantive this much discussed topic in the social environment, among them we can mention: DEL BARRIO (1999); LUDKE, M. & ANDRÉ (1986), Oliveira (2010); MINAYO (2007); PRESTES (2008); STAY (2007); FARM (1991). Thus, we are urged to build from theoretical and subsequent case studies a concrete notion of the assigned rights and that must be met people who fall into this context of social inclusion.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Anne Sullivan University. E-mail: danielbcarneiro@hotmail.com.



**Keywords:** Society; Educational Service Specialist; Social Inclusion.

## 1 INTRODUÇÃO

A área de educação especial é palco hoje de muitas reflexões e análises. São muitos os questionamentos suscitados a partir de encontros nacionais e internacionais, pesquisas e estudos desenvolvidos na tentativa de qualificar a vida das pessoas que tem necessidades especiais.

Entre as possibilidades de estudo na área supracitada nos interessamos pela investigação de pessoas com necessidades especiais. Como participantes do campo pedagógico trouxemos nosso interesse à educação, nos perguntando sobre as possíveis contribuições que o Atendimento Educacional Especializado pode trazer para os mesmos.

O AEE - Atendimento Educacional Especializado”, despertando-nos a curiosidade para o aprofundamento do estudo, observando como este ambiente realmente funciona, bem como a interação e o desenvolvimento do público com deficiência no meio escolar.

Para chegarmos à resposta que buscávamos, traçamos alguns objetivos norteadores que contribuiriam para entendermos de fato como se dão os mecanismos para o bom andamento nos trabalhos cotidianos visando o adequado atendimento ao público-alvo, dentre eles: averiguar as características físicas e estruturais do ambiente que recebe os alunos; traçar um breve histórico sobre a educação especial no Brasil; investigar o que é Atendimento Educacional Especializado - AEE e seus objetivos para os frequentadores; conhecer uma instituição de ensino regular que ofereça AEE e como é oferecido este atendimento.

Para o desenvolvimento do estudo usamos a abordagem qualitativa de pesquisa, entendendo que, em educação é necessário entender o significado dos enredos que nos envolvem, não acreditando em respostas óbvias, mas investigando por trás dos olhares e das palavras.



De acordo com Martins (1994, p. 58) a abordagem e “no que se refere à pesquisa qualitativa pode-se dizer que os dados são coletados através da descrição feita pelos sujeitos nos moldes como foi à descrição apresentada até aqui”.

A pesquisa baseia-se basicamente em elementos bibliográficos, através de livros e artigos científicos publicados em mídia eletrônica e escrita, cujos autores podemos citar: Del Barrio (1999), Fazenda (1991), Minayo (2007), Neto (1999), Oliveira (2010), Prestes (2008), Stay (2007).

Dividiu-se este trabalho em três capítulos, além da introdução e considerações finais. O primeiro traz um breve histórico da educação especial no Brasil, seus entraves e avanços mediante a criação de leis que determinam quais os direitos das pessoas com necessidades especiais. No que se refere ao segundo aborda de forma holística qual o entendimento que se tem acerca do AEE.

Quanto ao terceiro expõe a relação entre o profissional da sala multifuncional do Atendimento Educacional Especializado e o professor ensino regular, bem como a interação entre professor versus aluno.

Destarte, é a partir de estudos como estes que nos instigamos cada vez a entender esse novo método de inclusão tanto no âmbito escolar quanto seus esclarecimentos mais aprofundados ante a sociedade.

## **2 EDUCAÇÃO ESPECIAL**

A educação especial foi tradicionalmente vista como um atendimento educacional, que substituíam o ensino regular. E o atendimento educacional oferecido sempre em instituições longe do cotidiano escolar, era visto como um atendimento clínico, que não visava realmente à inserção deste aluno na vida escola.

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as



práticas escolares para os alunos com deficiência. (BRASIL, 2008, p. 6).

A proposta era que crianças com deficiência fossem escolarizadas em locais separados das outras, consideradas normais. Questiona-se que tipo de escolarização era esta, porém não nos deteremos neste assunto por enquanto. Uma mudança curricular projetaria muito tempo e dinheiro, melhor seria avaliarmos até que ponto é saudável mantê-las próximo dos ditos “normais”.

## 2.1 Breve histórico sobre a educação especial no Brasil

Tradicionalmente no Brasil a Educação Especial foi tratada como um “submundo” da educação, que existia no nome **Educação Especial**, mas que não acontecia como deveria. A escola era apenas um privilégio para os ditos “normais” e excluía ou fingiam que não existiam aqueles que fugiam dos padrões homogêneos da escola.

Quando refletimos a própria história da educação, percebemos como historicamente poucos puderam dela usufruir. Não apenas em âmbito nacional, mas desde civilizações como as da Grécia e de Roma, mostram que estudar era para classes privilegiadas.

Ao olharmos para o Brasil constata-se que este enredo foi o mesmo durante anos. Sendo a educação permeada por um contexto de divisão social, refletimos sobre, como mais difícil ela chegou ao direito da pessoa com deficiência.

## 2.2 Marcos legais

No Brasil, em 1854, Dom Pedro II funda o imperial instituto dos meninos cegos no Rio de Janeiro, hoje conhecido como instituto Benjamim Constant - IBC, logo após, é fundado em 1857, o Instituto dos Surdos Mudo, atualmente chamado de Instituição Nacional da Educação dos Surdos - INES também no Rio de Janeiro. (BRASIL, 2008).



No começo do século XX, surge o Instituto Pestalozzi em 1926, que tinha como objetivo de fazer o atendimento a pessoas com deficiência intelectual. Logo em seguida surge a primeira associação de pais e amigos dos excepcionais, conhecida como APAE. (BRASIL, 2008).

Só em 1961, é criada uma lei que garante o Atendimento Educacional a pessoas com deficiência, que foi a lei nº. 4.024/61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que inovou, quando garantiu o direito da criança com deficiência à Educação, de preferência na escola regular. Em 1961 a LDBEN com a lei nº. 5.692/71 alterou e definiu o tratamento especial a alunos com deficiência físicas e intelectuais. (BRASIL, 2008).

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial - CENESP, que fica responsável por coordenar a Educação Especial em todo o Brasil. Nesta época esta ainda vista como uma campanha assistencialista e não como um dever do Estado.

Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de 'políticas especiais' para tratar da temática da educação de alunos com deficiência e, no que se refere aos alunos com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere as singularidades de aprendizagem desses alunos. (BRASIL, 2008, p. 7).

Infelizmente, apesar dos inúmeros esforços buscados através de leis em especial a nossa carta magna da educação, criada muito posteriormente em 1996, muito ainda necessita ser realizado para que de fato possamos aliar à teoria a prática.

Com a Constituição Federal de 1988, é que se estabelece uma política de igualdade de acesso a escola, estabelecendo o dever do Estado, de oferecer atendimento especializado de preferência na rede regular de ensino.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais, "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (art. 3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola", como um dos princípios para o

ensino e, garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). (BRASIL, 2008, p. 7).

Mesmo com essa determinação da CF, a adequação se deu de forma muito lenta, várias discussões e interpretações surgiram em torno desses artigos que ainda não explicitavam claramente de que maneira as pessoas com necessidades especiais seriam inseridas no novo convívio social totalmente antagônico ao que elas já frequentavam.

Ainda seguindo esse curso destaca-se em 1994 a publicação da Política Nacional de Educação Especial que se destinava a orientar a interação das crianças com necessidades especiais em salas de ensino regular, mas a interação destas não era para todas, apenas tinham acesso aquelas com capacidade de acompanhar as atividades escolares, ou seja, mais uma vez não acontecia uma mudança de fato para a integração dentro da escola, pois ainda continuavam a excluir.

De fato, dá-se como marco importante na Educação Especial do Brasil a promulgação, pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece de forma resumida nos arts. 58 ao 60, método, currículo, recursos e organização para atender as necessidades específicas de cada aluno.

No ano de 2003 o Ministério da Educação lança o programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade, propondo mudanças no sistema de ensino, capacitando professores e gestores para a inclusão por meio do Atendimento Educacional Especializado, para promover acessibilidade dentro da escola.

Pouco tempo depois em 2004 o Ministério Público Federal, reafirma o direito à escolarização de alunos com e sem deficiência, através do documento “o acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular”.

Após dois anos em 2006 a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação, Ministério da Justiça e a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, lançarem “O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos”, que objetiva, dentre as suas ações, “fomentar, no currículo da educação básica, as 11 temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na educação superior”.



Em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE define o acesso arquitetônico dos prédios escolares, a implantação de salas multifuncionais, assim como, a formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado.

Observa-se, que ao longo da história, a Educação Especial no Brasil vem evoluindo, há progresso no que diz respeito à inclusão de pessoas com necessidades especiais e sua inclusão em espaços e salas regulares.

Tal inclusão ainda será alvo de grandes reflexões para que haja de fato resultados pertinentes nesta grande batalha contra o preconceito que ainda vive enraizado, presente na nossa sociedade.

Cabe a nós que fazemos o presente, buscar e lutar contra estas barreiras que existem em volta das pessoas com alguma deficiência e mostrar que elas sim, são capazes de realizarem grandes feitos sem que haja desconfiança de suas competências.

### **3 ENTENDENDO O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): REFLEXÕES INICIAIS**

Quando falamos em Educação Inclusiva no Brasil, falamos de um desafio que vem se multiplicando há anos, pois incluir não é somente estar frequentando a escola, mas sim, participar e se fazer incluso em todos os momentos escolares, participando ativamente de tudo que a escola oferece.

Atualmente muito se tem avançado sobre a Educação Especial no Brasil, principalmente na área da inclusão. Novas leis garantem o acesso destes alunos no ensino regular. Ainda é uma longa jornada que a educação especial inclusiva vem percorrendo, mas que aos poucos vem mostrando grandes mudanças que ajudaram na evolução da educação. Inclusão é algo que depende de todos e requer ações políticas, culturais, sociais e pedagógicas. E como tudo que envolve uma ação conjunta, o Atendimento Educacional Especializado vem para somar as ações realizadas na escola, para incluir um aluno com necessidades especiais. A escola deve estar preparada fisicamente e pedagogicamente com o seu corpo docente, para receber este aluno com tais necessidades.



Hoje, a Educação Especial engloba vários níveis da educação escolar, como o ensino básico, a saber, educação infantil, ensino fundamental, médio e superior. Também outras modalidades de ensino, como Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Indígena. (ROCHA, 2009).

Hoje, entendemos a Educação Especial ligada ao Atendimento Educacional Especializado, o AEE é hoje a proposta mais clara que se tem desta educação.

O Atendimento Educacional Especializado não é uma novidade, esta proposta existe a anos, porém em seu início com outra visão, como um atendimento em molde clínico que substituía o ensino comum, o que fazia com que a inclusão realmente não existisse.

Atualmente esta proposta mudou, ou o entendimento que se tem dela. Agora o Atendimento é um momento a mais, que não isenta o aluno do direito a frequentar a sala de ensino regular. Pode ser realizado na instituição onde o aluno frequenta a escola “comum”, em outro horário, em outra escola diferente da que estuda ou ainda em instituição especializada. O aluno deficiente recebe o atendimento adequado a sua necessidade específica, não havendo mais caráter clínico, mas sim, escolar.

### **3.1 Atendimento Educacional Especializado**

O Atendimento Educacional Especializado é um atendimento oferecido a crianças com necessidades especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. Assim é esclarecido:

Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional. (BRASIL, 2008, p. 16).

Seu principal objetivo é assegurar o direito de acesso ao currículo, métodos e recursos pedagógicos para atender as necessidades específicas e individuais, para que o jovem possa desenvolver autonomia na realização de atividades ligadas a escola. O Atendimento Educacional Especializado utiliza e elabora recursos



pedagógicos que possam melhorar a acessibilidade e o rendimento escolar do aluno, para que este possa eliminar barreiras dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008).

É importante destacar que o atendimento supracitado, tem como alvo, despertar no aluno sua autonomia, criatividade e estimular sua independência, não apenas no tocante a aspectos escolares, mas em relação à vida diária, em família e no meio social em que vive.

O Atendimento é para ser realizado de acordo com o Plano de Políticas Educacionais de 2008, com jovens que possuem transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos, não somente, podendo ficar preso apenas a um público alvo como.

As definições do público alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente, transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos. (BRASIL, 2008, p. 15).

Desta maneira, não poderíamos nos deter somente a algumas deficiências, pois estaríamos excluindo novamente algo conquistado ao longo da história da educação especial no Brasil.

### **3.2 Os profissionais do AEE**

Atualmente em tempos que exigem mudanças no contexto escolar com novas técnicas e práticas docentes, as formações profissionais estão cada vez mais em destaque, principalmente quando falamos sobre professores de Educação Especial Inclusiva.

Atender alunos com necessidades especiais em uma sala de AEE é extremamente difícil, pois exige formação adequada e principalmente formação continuada que garantirá um apoio ao professor que lhe dará mais confiança, motivação e qualidade em seu trabalho.



Os profissionais que atuam no AEE devem perceber que o atendimento não pode se restringir a sala de recursos. É seu papel, junto aos outros profissionais que fazem parte do corpo docente da escola, gestão e comunidade, disseminar, a importância da educação inclusiva.

Rocha (2009, p. 9) afirma que:

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a sala de recursos é um serviço de apoio pedagógico especializado que ocorre no espaço escolar, sendo definido como um serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns da rede regular de ensino.

O profissional que atua no Atendimento Educacional Especializado deve ter habilidades inclusivas como ser habilitado em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e no sistema Braille<sup>2</sup>. Deve atender o aluno, sempre procurando estimular seu desenvolvimento de forma interativa e criativa.

O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros. (BRASIL, 2008, p. 17.)

O profissional deve estar em constante processo de aprendizagem, procurando sempre se atualizar e dominar novos recursos metodológicos, que possam estar melhorando as condições de desenvolvimento entre o aluno e o conhecimento.

Segundo as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, (2009) “Art. 12. Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e

---

<sup>2</sup> O *Braille* é um sistema de escrita e leitura tátil para as pessoas com deficiência visual. Surgiu na França em 1825, sendo o seu criador o francês Louis *Braille*.



formação específica para a Educação Especial”. O que fará do professor cada vez mais um profissional capacitado, que realmente saiba que o ensino não é algo fácil, mas que no decorrer do dia a evolução aparece, ainda que de maneira gradual.

Estas exigências nos fazem refletir sobre a complexa realidade em que se depara a educação pública brasileira. Muitos de nossos profissionais ainda não têm uma formação que os forneça bases para os trabalhos com crianças que tenham necessidades especiais.

### **3.3 Sala de recursos multifuncionais**

O Atendimento Educacional Especializado é realizado em escolas ou instituições que ofereçam sala de recursos multifuncionais. Estas salas são espaços reservados para o atendimento educacional especializado, nas quais se encontram materiais didáticos, pedagógicos e equipamentos, além de um profissional especializado, para que favoreçam a aprendizagem do aluno. O atendimento deve acontecer no contra turno da escola comum, preferencialmente na escola que a criança estude, onde irá receber um acompanhamento pedagógico junto ao professor especializado.

De acordo com as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. (BRASIL, 2009, s/p, art. 5º):

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios.

A sala de recurso multifuncional é um espaço aberto onde devemos encontrar experiências que tragam conhecimento não só ao aluno que a frequenta, mas a toda a escola que deve conhecer o seu trabalho.



#### **4 DIÁLOGO ENTRE OS PROFESSORES DO AEE E DO ENSINO REGULAR**

O diálogo entre o professor do AEE e o professor da sala regular onde o aluno está inserido é de extrema importância, vez que é através deste diálogo que deve ou deveria acontecer semanalmente, que o professor do AEE tem a oportunidade de saber se o seu trabalho pedagógico está evoluindo.

O professor do AEE deve estar em constante contato com a sala regular, fazendo visitas semanalmente para saber se o trabalho realizado no atendimento está dando realmente resultados, e caso não esteja, o professor deve procurar novos métodos e estratégias que permitam a aprendizagem e convivência dentro do mesmo ambiente escolar.

O Atendimento Educacional Especializado se bem realizado trará para as crianças com necessidades educacionais uma maior interação com o meio escolar, principalmente no que diz respeito à convivência com outras crianças, através da troca de experiências positivas na sua ambientação neste espaço escolar, muitas vezes desconhecido pela criança especial pelo medo da exclusão.

A escola junto ao AEE deve fazer o papel principal de mediador entre o convívio social dos alunos com necessidades especiais com as ditas “normais”, este também é e faz parte do atendimento, a interação deste aluno especial em seu espaço escolar.

##### **4.1 A prática pedagógica**

A prática pedagógica é algo que permeia todo o trabalho desenvolvido pelo professor. É dever dele saber lidar com as diversas situações que fazem parte deste universo, dimensões que permitem acontecer à prática pedagógica com o aluno, a metodologia, recursos, avaliação, relação professor/aluno, concepções da educação e da escola, estes elementos fazem com que a prática pedagógica aconteça.



Saber criar e gerir situações problemas, identificando os seus obstáculos, assim como, observar o seu aluno a cada atividade, sabendo avaliar as competências em construção a cada momento, são práticas escolares que o professor deve levar para a sua docência.

Ela vai além das paredes escolares, busca dar suporte extraclasse como professor e amigo. Planejar não é uma atividade fácil, mas se pensado nas necessidades do aluno, o trabalho será bem mais prazeroso de se fazer.

#### **4.2 Relação professor x aluno**

A relação do professor com o aluno poderá ser um laço afetivo forte entre ambos. É fundamental o mútuo respeito para obterem sucesso. Suas relações, embora complexas, são peças essenciais na realização comportamental e profissional de cada indivíduo.

Destarte, analisar a relação professor x aluno é uma tarefa que envolve interesse e intenções, pois a educação é uma área do conhecimento que faz parte de tudo que envolve nossa vida.

Desta maneira, analisar uma relação tão profunda e de confiança entre professor x aluno exige muito mais do que algumas observações. A confiança é a base para que um aluno com necessidades especiais se motive e tenha autoconfiança para aprender.

Para o aluno com necessidades especiais muito mais que a confiança dele próprio é a confiança que a família deposita no professor, confiando que aquele trabalho realizado realmente vai trazer benefícios ao seu filho.

O professor precisa preocupar-se com o conhecimento através do desenvolvimento de informações, mas também formar seu aluno para a vida. Ele tem como objetivo facilitar a aprendizagem do seu aluno, assim como, está aberto às novas experiências, procurando compreender, numa relação empática, os sentimentos e os problemas de seus alunos.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos estudos elaborados para a conclusão deste trabalho, conhecemos de perto o quão é difícil trabalhar com jovens especiais através do Atendimento Educacional Especializado na Escola pública. Tivemos como foco neste trabalho analisar através de estudos como o Atendimento Educacional Especializado é desenvolvido para jovens que possuem Síndrome de Down.

Neste sentido incluir não é somente estar frequentando a escola, mas estar realmente envolvido nas questões escolares, por mais simples que sejam.

O Atendimento Educacional Especializado veio para fazer a diferença, e tenta realmente incluir estes alunos nas salas regulares, o que não tem sido tarefa fácil, pois é necessário que haja grandes reflexões sobre o tema, faltando muitas questões a serem abordadas.

Esperamos contribuir para que haja um entendimento melhor sobre o Atendimento Educacional Especializado e suas contribuições para a inclusão no espaço escolar e social dos alunos que possuem necessidades especiais.

O Atendimento Educacional Especializado - AEE visa ajudar jovens com necessidades especiais, contribuindo para o seu pleno desenvolvimento no ambiente escolar, não possuindo caráter clínico, nem de reforço escolar. O atendimento deve ser realizado por um profissional da educação, especializado em Educação Especial, que através de atividades pedagógicas estimule o desenvolvimento do aluno, diante das suas dificuldades.

Embora tanta limitação de espaço e de profissional em salas de recursos, ainda acreditamos que através do Atendimento Educacional Especializado os alunos com deficiência possam se desenvolver melhor intelectualmente e socialmente para vivenciar as práticas dos espaços escolares e com outros.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica.** Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Especial, 2009.



\_\_\_\_\_. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Especial, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 9.394/96 - Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: Casa Civil, 1996.

DEL BARRIO, J. A. Evolucion del desarrollo psicolingüístico em los niños com Síndrome de Down em idade escolar. In: SANTANDER. **Síndrome de Down y Educación.** Fundación Síndrome de Down de Catábria, 1999.

FAZENDA, Ivanir (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** 2 ed., aumentada, São Paulo: Cortez, 1991.

GOODE, W.; HATT, P. **Método em pesquisa social.** São Paulo: Nacional, 1979.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação:** abordagem qualitativa. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de monografias e dissertações. São Paulo: Atlas, 1994.

MINAYO, Maria Cecilia *et al.* **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 26 ed., Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Gisele de Campos. **Psicomotricidade.** Petrópolis: Vozes, 2010.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico:** do planejamento aos textos, da escola à academia. 3 ed., São Paulo: Rêspel, 2008.

ROCHA. Halline Fialho. **O atendimento educacional especializado no processo de inclusão:** relato de uma experiência na sala de recursos. Petrópolis: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

STRAY, Gundersen Karen (Org.). **Crianças com Síndrome de Down:** guia para pais e educadores. Tradução Maria Regina Lucena Borges Osório. 2 ed., Porto Alegre: Artmed, 2007.